

## Tipologia para identificar o setor rural do Estado de São Paulo a partir dos dados do censo demográfico de 2010

LUDWIG EINSTEIN AGURTO PLATA

Faculdade de Tecnologia de Itapetininga – SP – Brasil

ludwig@uol.com.br

ALEXANDRE LEITÃO FIUZA

Faculdade de Tecnologia de Itapetininga – SP – Brasil

alexandre.fiuza@fatec.sp.gov.br

**Resumo** - Com a análise de metodologias e revisão de teses consistentes, nacional e internacional, na determinação do espaço rural urbano, este artigo, propõe-se discutir o atual perfil urbano e rural do estado de São Paulo. Baseado na metodologia proposta pela CEPAL, a qual se baseia em variáveis demográficas (densidade populacional por km<sup>2</sup>) econômicas (atividade rural e ocupação rural). Os resultados deste experimento colocam em evidência que quando se utilizam estas variáveis, o espaço rural, no estado de São Paulo, é 30% dos municípios, perfazendo um número total de 154 municípios.

**Palavras-chave:** Tipologia Rural Urbano, Ruralidade, Agricultura.

**Abstract** - *With the analysis methodologies and review of theses consistent, national and international, in determining the rural city, this article aims to discuss the current rural and urban profile of the state of São Paulo. Based on the methodology proposed by ECLAC, which is based on demographic variables (population density per km<sup>2</sup>) economic (rural activities and rural occupation). The results of this experiment put in evidence that when using these variables, the rural areas in the state of São Paulo, is 30% of the municipalities, comprising a total number of 154 municipalities.*

**Keywords:** Rural Urban Typology, Rurality, Agriculture.

### 1. Introdução

O objetivo deste artigo é elaborar uma análise comparativa sobre as concepções de ruralidade e as tipologias para caracterização do espaço rural no estado de São Paulo, sem desconsiderar a singularidade das experiências nacionais.

A tipologia institucional urbana rural instaurada pelo IBGE, nos censos demográficos, toma como base a Lei do Plano Diretor do município. Esta metodologia pode subestimar o tamanho do espaço rural evidenciando a insignificância das políticas públicas do setor rural. Neste sentido, este artigo faz

uma discussão das metodologias que têm sido adotadas para caracterizar o espaço rural e urbano na análise econômica e demográfica no Brasil nos últimos anos. No entanto, apesar de que estes trabalhos sejam baseados em metodologias internacionais e nacionais ainda não se conseguiu uma metodologia padrão para classificar o espaço rural urbano no Brasil.

Este texto além desta introdução e da conclusão está composto pelos seguintes itens. No item 2, se faz uma revisão teórica dos conceitos de ruralidade adotados por instituições internacionais como a OCDE, pelo US Census Bureau, CEPAL, ONU e FAO; e por instituições nacionais como IBGE e trabalhos de pesquisa sobre o tema realizados por Veiga, Girardi e Blume. No item 3 são apresentados as tipologias relacionadas com a tipologia rural urbana; e no item 4 é realizada uma descrição das principais variáveis encontradas para definir o espaço rural e urbano no estado de São Paulo. No item 5 se apresenta os resultados de um experimento para estimar os municípios rurais em base a metodologia da CEPAL.

## 2. Revisão bibliográfica

As principais abordagens teóricas relacionadas aos conceitos de rural urbano estão ligadas as mudanças que aconteceram na população nos últimos 60 anos (1950 a 2010) e que implicaram no Brasil em um forte aumento da urbanização em detrimento da ruralidade (Gráfico 1). As reduções da relação entre o mundo urbano e o mundo rural geraram uma profunda discussão nos meios acadêmicos, o que levou a vários estudos que abordaram os conceitos de ruralidade e urbanização. Há aqueles que chegaram a falar do “fim do rural”, enquanto outros argumentam que o que há um renascimento de um novo rural.

Segundo Girardi, a relação entre a cidade e o campo possui duas abordagens acadêmicas distintas, dicotômica e o *continuum*. Na primeira, o urbano se opõe ao rural, e a pesquisa orientada por essa abordagem se preocupa em mostrar as diferenças entre essas duas realidades. Na abordagem de *continuum*, são enfatizadas as diferenças de intensidade, graças à industrialização, que seria a ponte entre a realidade urbana e o campo GIRARDI (2008). Neste contexto, o conceito de *continuum* ainda se subdivide: em uma vertente centrada no urbano, relegando o rural a uma posição inferior e relacionada ao atraso, sendo o seu fim dado como certo; e a outra vertente aproxima o rural do urbano, embora essas áreas se toquem em alguns pontos, suas características marcantes não desaparecem.

O fim do rural foi estudado por GRAZIANO DA SILVA (1999) e GRAMMONT (2005), que interpretaram assim a penetração de tecnologias e serviços no meio rural, que eram consideradas como exclusivos das cidades. Seria então o processo de urbanização do meio rural. Essa abordagem não é livre de críticas. GIRARDI (2008) vê que não existe um processo de urbanização do rural, mas sim uma mudança na questão rural, que adiciona esses elementos às suas características. Girardi, em seu estudo, cita vários autores que se debruçaram sobre o processo rural/urbano. Oliveira que é um deles, “afirma que as maiores modificações no campo brasileiro seriam aquelas referentes à ação dos movimentos sociais, presença de conflitos, instalação de assentamentos rurais e territorialização do agronegócio” (GIRARDI apud OLIVEIRA, 2008).

Há uma preocupação no meio acadêmico em geral em tentar entender a dicotomia entre o espaço rural e espaço urbano, e como conseguir identificar cada espaço, para se chegar ao resultado de estatísticas mais refinadas. No entanto, existem muitas classificações, que chegam a resultados distintos.

### **3. Critérios para tipologia rural urbana para o estado de São Paulo**

Este trabalho apresenta as diferentes tipologias para definir o espaço rural urbano a fim de propor uma metodologia que seja adequada para o estado de São Paulo com o propósito de servir como subsídio para melhorar as políticas públicas dentro do setor rural do estado de São Paulo. As tipologias a serem estimadas para o estado de São Paulo serão: a do IBGE e a da CEPAL.

#### **3.1 Tipologia institucional do IBGE**

Esta pesquisa terá como ponto de referência a tipologia institucional estabelecida pelo Censo Demográfico para dividir o espaço rural e urbano. A definição institucional não considera variáveis populacionais, econômicas, sociais, espaciais e culturais que possam determinar o caráter urbano ou rural dos espaços. Para o IBGE são urbanas as sedes municipais (cidades) e as sedes distritais (vilas), cujos perímetros são definidos por lei municipal. Também são consideradas urbanas as áreas isoladas, igualmente definidas por lei municipal, porém separadas das cidades ou das vilas por área rural ou outro limite legal. As áreas rurais são aquelas fora dos perímetros definidos como urbanos.

Segundo esta tipologia institucional e utilizando o Censo Demográfico de 2010 o estado de São Paulo tem, em média, 39,5 milhões de população urbana, e 1,7 milhões de população rural, o que perfazem em termos percentuais 96% e 4%, respectivamente (Gráfico 1 e

Gráfico 2). Esta baixa proporção de população rural se encontra muito aquém do que poderia se encontrar de rural quando utilizamos outros critérios. Neste sentido, Veiga (2002) afirma, para o Brasil, que a população rural calculada com os dados do Censo de 2000 do IBGE resulta totalmente inexpressiva a tal ponto que não seriam necessárias realizar políticas públicas para este setor. Aproximadamente, para ele, segundo diferentes critérios Os municípios essencialmente rurais representariam 81,42% de todos os municípios brasileiros, e teriam 30,39% da população brasileira. (GIRARDI, 2008).

#### **3.2 Tipologia proposta pela CEPAL**

A tipologia da CEPAL para identificar o espaço rural usa o cruzamento de duas variáveis: Densidade demográfica (menor que 150 hab./km<sup>2</sup>) e ocupação: PEA agropecuário  $\geq$  35%.

A densidade populacional será obtida a partir das informações calculadas pela SEADE - Informação dos Municípios Paulistas – IMP a partir dos dados cartográficos dos municípios do estado de São Paulo e a população do Censo Demográfico de 2010.

A PEA agropecuária foi obtida a partir dos micro dados da amostra do Censo Demográfico de 2010 tendo como mínima unidade de referência o setor censitário.

### **3.3 Tipologia proposta pela FAO**

A FAO para definir a tipologia urbana e rural, auspicia uma abordagem multidimensional para determinar as áreas urbanas e rurais. Esta abordagem é realizada, empiricamente, por meio da aplicação de modelos econométricos logísticos, para vários países.

A fim de mostrar, na mesma linha que estes autores que a densidade demográfica por si só não é um critério suficiente para classificar as áreas urbanas e rurais. Portanto, existem outras variáveis como agricultura, tecnologia, especialização, economia, capital humano, cobertura do solo e dimensão espacial da vida social, também são relevantes para explicar a questão rural urbano.

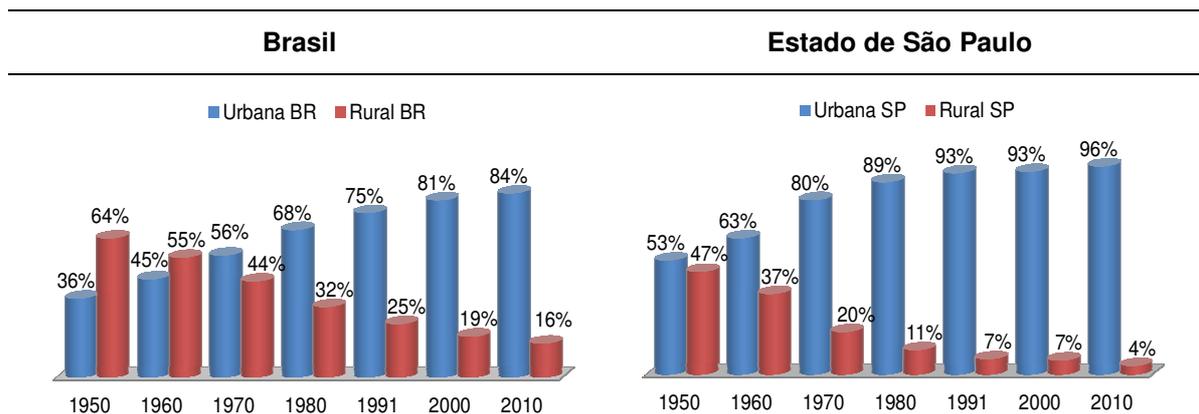
### **3.4 Tipologia proposta pela OCDE**

Para a OCDE, na atualidade, existem duas principais abordagens sobre o rural-urbano: a espacial e a territorial. A abordagem espacial passaria pelo problema da escolha das menores unidades a serem classificadas, pois se elas não forem homogêneas os resultados podem ser errôneos. A abordagem espacial tem suas raízes no território de ótima localização. A segunda abordagem, a territorial, na qual esta inserida a tipologia regional da OCDE remove a ligação entre rural e agricultura e abandona a dicotomia urbano-rural da abordagem espacial. Ao contrário, enfatiza a diversificação das áreas rurais. O espaço é dividido em economias locais e regionais e cada território contém agricultura, indústria e serviços. Neste sentido, o território é sinônimo de divisão político administrativa. Esta abordagem dá ao conceito de ruralidade certa abrangência que possibilita flexibilidade de classificação dos territórios.

A OCDE classifica em dois níveis, o local e regional. Considera comunidades locais rurais aquelas que possuem menos de 150 hab./km<sup>2</sup>, e para nível regional, há três categorias, segundo a proporção da população que mora nas comunidades locais rurais. São predominantemente rurais, se a proporção da população que mora em áreas rurais é maior do que 50%; intermediária se a proporção da população morando em áreas rurais é de 15% a 50% e predominantemente urbana se a proporção de pessoas que moram em áreas rurais é menor que 15%.

Um terceiro critério está relacionado com a presença de centros urbanos nas regiões com mais de 200 mil habitantes. E o quarto e último critério leva em conta o tempo de deslocamento de carro até o centro urbano (localidade com mais de 50 mil habitantes) mais próximo.

O Gráfico 1 aponta que nos últimos 60 anos a população do setor rural perdeu importância para o setor urbano, tanto em nível da federação como no estado de São Paulo, porém no estado de São Paulo se dá de forma mais acentuada a tal ponto, que segundo o Censo de 2010 a população rural é apenas 4% da população total. Essa porcentagem em nível da federação, para o mesmo ano, é de 16%. A tipologia que o Censo Demográfico utiliza para definir o rural e o urbano é uma decisão administrativa (Lei Municipal vigente em 31 de julho de 2010). Segundo esta Lei, em situação urbana, se considera as áreas internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas. Em situação rural abrange toda a área situada fora do perímetro urbano.



**Gráfico 1** - Proporção da População urbana e rural no Brasil e estado de São Paulo. (% do total) 1950-2010

## 4. Análise descritiva de variáveis relacionadas com a relação rural urbana

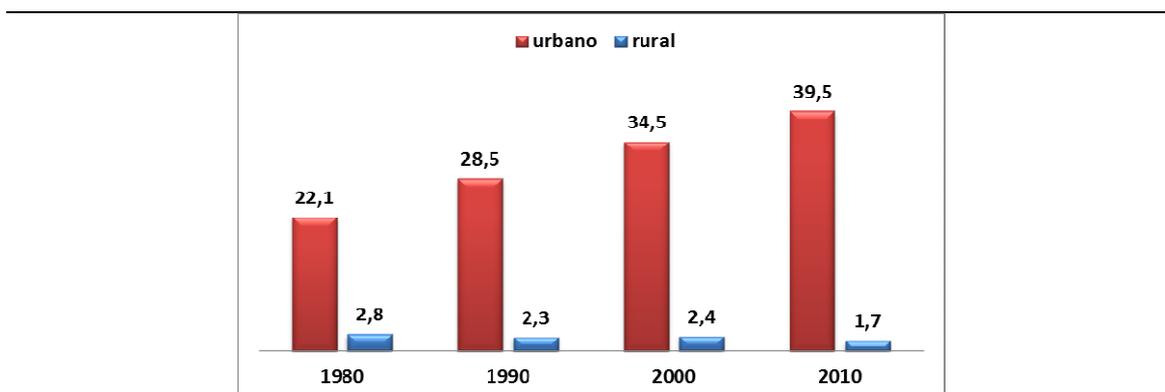
### 4.1 População São Paulo

No estado de São Paulo o Censo Demográfico de 2010 mostrou um total de 41.692.668 pessoas (

Gráfico 2). E o crescimento populacional foi de 1,9% a.a. no período de 2000-2010 (

Gráfico 3). Deste total 94,74% é considerada população urbana e apenas 5,26% é população rural, segundo a definição institucional do Censo.

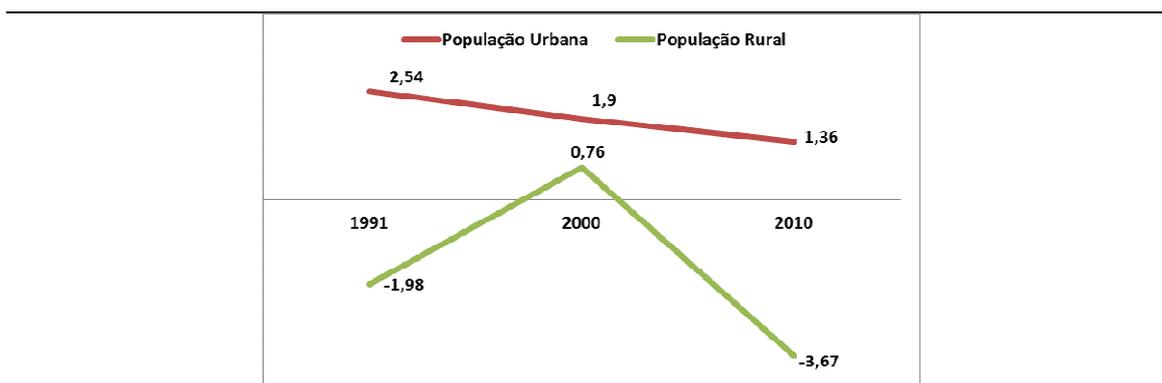
A queda de habitantes em área rural acontece desde 1950 com a atração de mão de obra da indústria, de 1960 a 1980 a característica do êxodo rural foi a redução do requerimento da força de trabalho rural, devido ao avanço das tecnologias no campo e, na década de 80 calcula-se uma queda de 1,98% na população rural.



**Gráfico 2** - Estado de São Paulo. Evolução da População Urbana e Rural (em milhões)

Dos anos 90 para 2000 houve um pequeno aumento na população rural (0,76%), isto segundo RODRIGUES (2001), se deve não a atração de pessoas urbanas para área rural, e sim pela expansão da área urbana, principalmente em áreas como a região metropolitana de São Paulo. Os dados do Censo 2010 dão

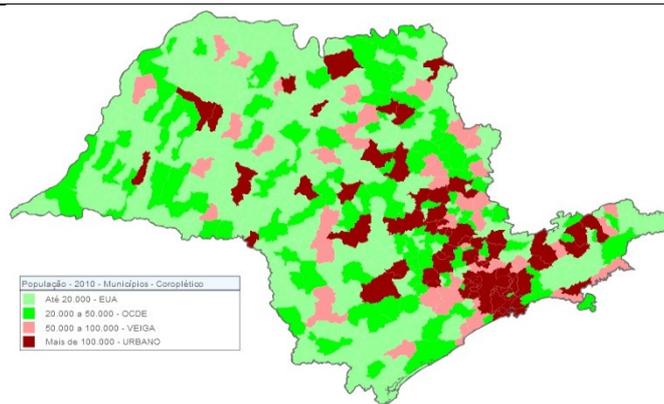
outro cenário para a população rural, em razão que áreas rurais deixam de ser contabilizadas e que passam a ser contabilizadas como áreas urbanas, devido à definição institucional do Censo que considera vilas rurais como urbana. Isto é, a área rural passa a ser vista como uma extensão da área urbana, e há uma queda de 3,67% na população rural de 2000 a 2010. E mesmo assim a população urbana sofre quedas na sua taxa de crescimento, tendo seu ápice na década de 80, esta taxa vem caindo, até terminar em 2010 com 1,36% de crescimento, não muito diferente do crescimento populacional total do estado de São Paulo, que em 2010 foi de 1,09%.



**Gráfico 3** - São Paulo. Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População Urbana e Rural, 2000/2010 (em % a.a.)

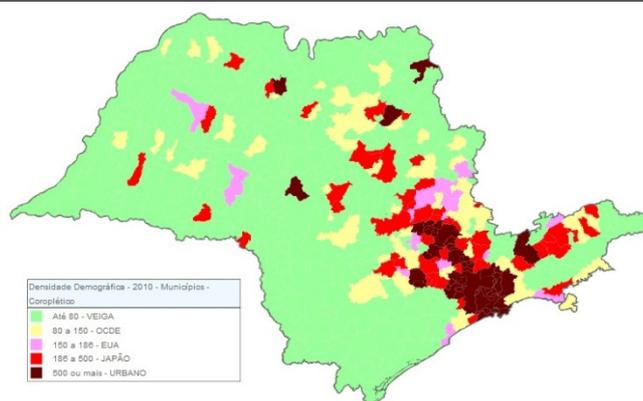
O Mapa 1, que descreve espacialmente a população do estado de São Paulo foi elaborado levando em conta alguns dos critérios que se utilizam as diferentes tipologias para estudar o rural urbano. Por exemplo, Veiga considera como essencialmente rural os municípios com menos de 50 mil habitantes e intermediários os municípios entre 50 mil a 100 mil habitantes e urbanos os municípios com mais de 100 mil habitantes. Olhando para a coloração do mapa observamos que ao redor de 60% dos municípios do estado de São Paulo seriam rurais. Isto é um indício que São Paulo não teria uma população rural inexpressiva. Também com os critérios da OCDE (são rurais os municípios com menos de 50 mil habitantes) São Paulo não seria um estado com altíssima população urbana como mostra a definição institucional do Censo do IBGE.

No Brasil a densidade demográfica média em 1950 era de 6,1 hab./km<sup>2</sup> e em 2000 passou a ser mais de três vezes superior (19,92 hab./km<sup>2</sup>). Entretanto, no estado de São Paulo houve um aumento em sua densidade de 65% nos últimos 30 anos, e hoje é o terceiro estado com maior densidade demográfica no Brasil, tendo densidade total de 166,16 hab./km<sup>2</sup>.



**Mapa 1** - Estado de São Paulo. Distribuição da população no ano de 2010.

O Mapa 1 apresenta a distribuição espacial da densidade demográfica para os municípios do estado de São Paulo em relação ao Censo Demográfico de 2010 e a carta de 2008 do Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC). O aumento da densidade demográfica vem junto com o crescimento das grandes metrópoles e da urbanização.

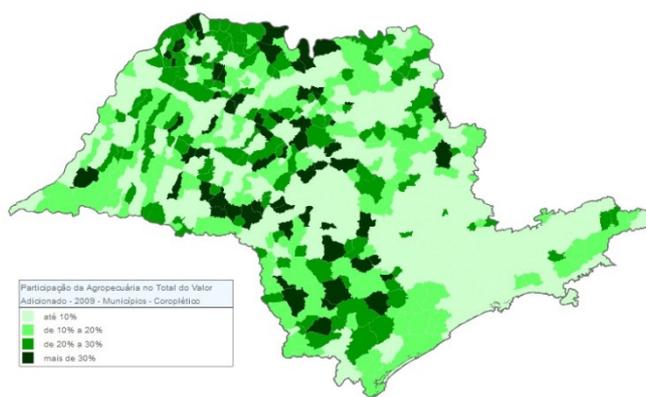


**Mapa 2** - Estado de São Paulo. Densidade Demográfica Demográfica

Comparando o Mapa 1 com o Mapa 2 pode-se notar que os municípios com maiores densidades populacionais são aqueles que têm menor população rural. Estas observações confirmam que as tipologias feitas pela OCDE, pela FAO e por Veiga que a densidade demográfica é uma variável muito importante, mas não suficiente para criar uma tipologia rural urbana.

O

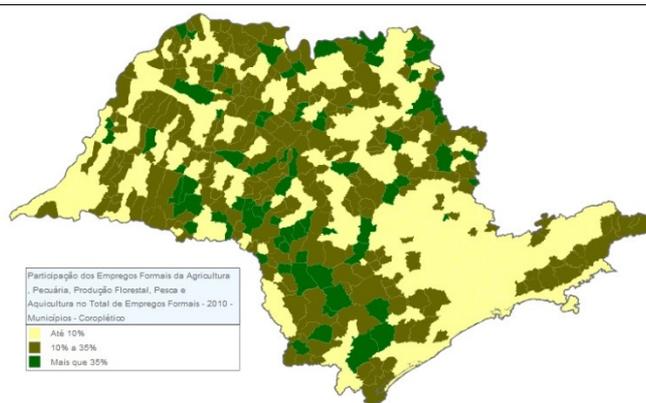
Mapa 3 mostra a participação da agropecuária no total do valor adicionado em cada município (PIB agropecuário). As cidades com maior densidade demográfica e maior população apresentam um PIB agropecuário menor.



**Mapa 3** - Estado de São Paulo. Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %) dos Municípios em 2010.

O

Mapa 4 apresenta espacialmente a variável proporção da PEA agrícola utilizada pela CEPAL para definir a tipologia rural e urbano. Para a CEPAL os municípios com mais de 35% de população ocupada no setor de agricultura seriam considerados como rurais. Observa-se neste mapa que em torno de 70 municípios do estado de São Paulo cumprem este requisito.



**Mapa 4** - Estado de São Paulo. Participação dos empregos formais rurais por município no ano de 2010.

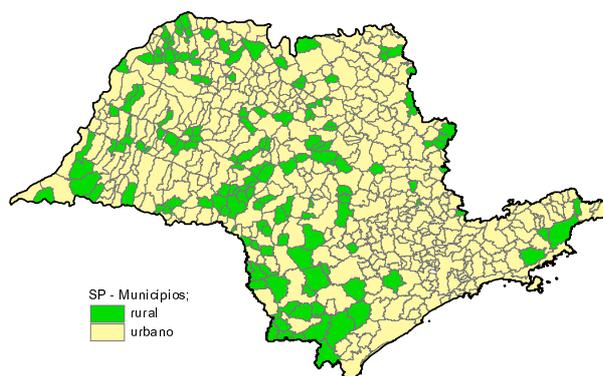
## 5. Tipologia sugerida para caracterização urbano e rural para o Estado de São Paulo

A partir de dados obtidos através do IBGE e compilados pelo SEADE pode se obter a densidade populacional dos municípios paulistas. Esses dados são apresentados nos mapas cartográficos dos municípios com base nas informações do Censo Demográfico de 2010. Avançando mais nas pesquisas utilizou se o critério de cruzamento de duas variáveis utilizados na tipologia da CEPAL, a densidade demográfica (menor que 150Hab/Km<sup>2</sup>) e ocupação da população economicamente ativa (PEA) agropecuário  $\geq 30\%$ , definido esta taxa de ocupação com base A PEA agropecuária obtida a partir dos micro dados da amostra do Censo Demográfico de 2010 tendo como mínima unidade de referência o setor

censitário.

## 5.1 Características das variáveis para definição da ruralidade no Estado de São Paulo

A variável ocupação foi utilizada para determinar a quantidade de municípios que apresentam características rurais. Para obter esse resultado foram selecionados as pessoas que tinham alguma ocupação, com idade de 16 ou mais anos, as dividindo em dois grupos, ocupação agrícola e não-agrícola, da totalidade de municípios foram selecionados aqueles cujo o PEA com ocupação agrícola, é maior que 30% da população ocupada total. O resultado obtido foi de 101 municípios, ou seja 15,7% dos municípios paulistas.



**Mapa 5** - Municípios paulistas identificados com população ativa Erro! Indicador não definido., direcionadas para a atividade rural Erro! Indicador não definido..

A variável atividade (

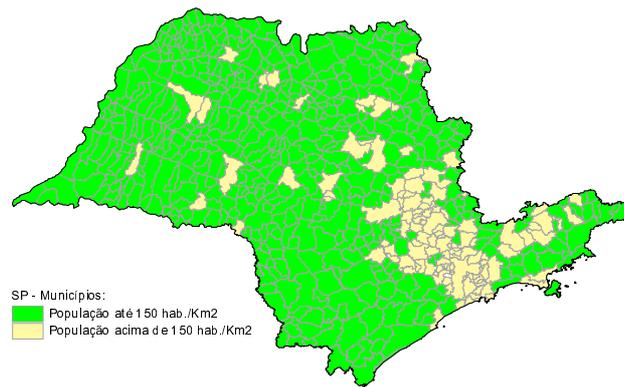
Mapa 6) foi estabelecida a partir da seleção das pessoas com idade de 16 ou mais anos que tinham alguma atividade e classificando em dois grupos, os de atividade agrícola e não-agrícola. A seguir aplicou se a identificação aos municípios, cujo o pessoal com atividade agrícola, é maior que 30% da população ativa total. O resultado foi de 155 municípios, ou seja, 24% dos municípios paulistas.

Para a variável densidade (

Mapa 6) foi utilizado como fonte os dados da SIDRA do IBGE, os municípios com densidade populacional superior a 150 hab/km<sup>2</sup>, tipificando-os como rural. O resultado foi de 126 municípios, ou seja, 19,5% dos municípios paulistas.

O

Mapa 6, que descreve espacialmente a distribuição de municípios com densidade populacional de até 150 hab/km<sup>2</sup> população do estado de São Paulo foi elaborado levando em conta alguns dos critérios que se utilizam as diferentes tipologias para estudar o rural urbano. Olhando para a coloração do mapa observamos que ao redor de 60% dos municípios do estado de São Paulo seriam rurais. Isto é um indício que São Paulo não teria uma população rural inexpressiva. Também com os critérios da OCDE (são rurais os municípios com menos de 50 mil habitantes) São Paulo não seria um estado com altíssima população urbana como mostra a definição institucional do Censo do IBGE.

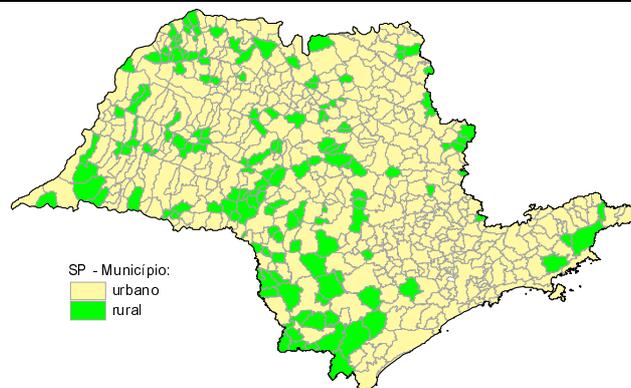


**Mapa 6** - Municípios paulistas com densidade populacional até 150 hab./Km<sup>2</sup>.

Considerando as características dos municípios com densidade e ocupação rural para determinar a ruralidade do espaço do Estado de São Paulo foi realizado as seguintes alternativas:

a) Os municípios que apresentam uma ou outra característica (densidade ou ocupação). Ocupação rural ou densidade rural o resultado obtido foi 227 municípios, ou seja, 35,2% dos municípios paulista possuem alguma característica rural. Seja de densidade ou de população rural.

b) Quando selecionados a variável atividade ou a variável densidade para identificar a ruralidade dos municípios, ou seja, atividade rural ou densidade rural, o resultado obtido foi 280 municípios, ou seja, 43,4% dos municípios paulista possuem alguma característica rural.



**Mapa 7** - Municípios paulistas direcionados para a atividade rural e com densidade populacional inferior a 150 hab/km<sup>2</sup>.

## 6. Conclusão

Este trabalho mostrou as diferentes teorias e tipologias para estudar a questão rural e urbana no Brasil e no mundo. Principalmente foram descritas as tipologias da OCDE (as abordagens espacial e territorial); a FAO por meio de modelos econométricos multidimensionais, que colocam em evidência que a densidade demográfica é uma variável necessária para estudar a questão rural e urbana, mas não é suficiente e teria que procurar outras variáveis – produtivas,

econômicas etc.; a CEPAL entende a tipologia rural urbano como definido pela participação de duas variáveis: a densidade demográfica e a proporção da PEA agropecuária na PEA total. O IBGE que é a proposta institucional para classificar as populações rural e urbana.

Quando se utiliza a tipologia da CEPAL é possível identificar os municípios que possuem ao mesmo tempo as características de atividade rural e densidade (município com as duas características densidade rural e atividade rural). Foram identificados 154 municípios do estado de São Paulo que perfazem 30% do total.

## Referências

BLUME, R. **Território e Ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. Tese de mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 2004.

BREZZI, M., DIJKSTRA L., RUIZ, V.. **OECD Extended Regional Typology: The Economic Performance of Remote Rural Regions**, OECD Regional Development Working Papers. Disponível em: <http://www.oecd-library.org/docserver/download/5kg6z83tw7f4.pdf?xpires=1353003546&id=id&accname=guest&checksum=065413BBE2D5BC08B7325C139D78B622>. Acesso em: 15/11/2012.

EUA. **Estados Unidos da America** – Disponível em: <http://www.census.gov/> Acessado em: 12/11/2012.

FAVARETO, A. e ABRAMOVAY, R. 2009. **O surpreendente desempenho do Brasil rural nos anos 1990**. Documento de Trabalho N° 32. Programa Dinâmicas Territoriales Rurales. Rimisp, Santiago, Chile.

FAVARETO, A.; ABRAMOVAY, R.; DO CARMO D´OLIVEIRA, M.; FÁBIO DINIZ, J.; e SAES, B. 2011. **Desenvolvimento territorial em uma região do Semi-árido do Nordeste brasileiro – para além das transferências de renda**. Documento de Trabalho N° 83. Programa Dinâmicas Territoriales Rurales. Rimisp, Santiago, Chile.

FEDERAL REGISTER, **2010 Standards for Delineating Metropolitan and Micropolitan Statistical Areas; Notice** Disponível em: [http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/omb/assets/fedreg\\_2010/06282010\\_metro\\_standards-Complete.pdf](http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/omb/assets/fedreg_2010/06282010_metro_standards-Complete.pdf). Acesso em: 12 nov. 2012

GIRARDI, E.P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese de doutorado. UNESP. Presidente Prudente, 2008.

GRAMMONT, H. C. de. **El concepto de nueva ruralidad**. In: PÉREZ C, E.; FARAH Q, M. A.; GRAMMONT, H. C. de. (Org.). **La nueva ruralidad en América Latina: avances teóricos y evidencias empíricas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. No prelo.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

IPEA/IBGE/Unicamp. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configuração atual e tendências da rede urbana**. Brasília: IPEA, 2001, v.1.

OLIVEIRA, A.U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p.29-70.

PIZZOLI, E., GONG, X. **How to best classify rural and urban?** 2007. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/icas/papers/P020071114325747190208.pdf>. Acesso em: 16/11/2012.

RODRIGUES, I. A. **A Demografia da Vida Rural Paulista**. UNICAMP. 2001. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000222779>. Acesso em 10/11/2012

RODRÍGUEZ, A., SABORIO, M., CANDIA, D. **Elementos para uma mejor medición de lo rural em América Latina**. 2010. Disponível em: <http://www.eclac.cl/ddpe/noticias/documentosdetrabajo/1/43201/ElementosDefinicionRural.pdf>. Acesso em: 15/11/2012.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. **Ensaio para uma abordagem territorial de ruralidade: em busca de uma metodologia**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez. 2004.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, **Frequently Asked Questions**. Disponível em: <http://esa.un.org/unup/Documentation/faq.htm>. Acesso em: 12 nov 2012

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias: o Brasil e menos urbano do que se calcula Campinas: Autores Associados**, 2002.

VEIGA, J. E. da. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Texto para discussão nº 1. Brasília: convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.